

Verticalidade e horizontalidade de sentido em Wittgenstein

Verticality and horizontality of meaning in Wittgenstein

Lauro de Matos Nunes Filho

<https://orcid.org/0000-0002-4489-876X> – E-mail: laurodematosnunesfilho@yahoo.com.br

Renato Mendes Rocha

<https://orcid.org/0000-0003-2963-8609> – E-mail: mendesrocha@gmail.com

RESUMO

Nesse artigo apresentamos uma interpretação para a mudança da noção de sentido no *Tractatus Logico-Philosophicus* para a noção de significado nas *Investigações Filosóficas*. Para nós, esta mudança de direção se baseia na mudança ontológica que ocorre entre as duas fases. No *Tractatus*, Wittgenstein desenvolve uma ontologia extensional enquanto nas *Investigações* recorre a uma ontologia intensional. Acreditamos que essa mudança ocorre porque Wittgenstein realiza uma internalização da ontologia na linguagem, o que não ocorria na primeira fase. Esta internalização da ontologia é o que chamamos de horizontalização do significado. Em oposição a esta horizontalização do significado vemos no *Tractatus* uma verticalização do sentido como resíduo do referencialismo fregeano. Veremos que tal mudança deve-se à implementação da noção de significado como uso (*Gebraucht*).

Palavras-chave: Sentido. Ontologia. Jogos de Linguagem. Significado como uso.

ABSTRACT

In this paper we propose a new reading to the notion of sense in the *Tractatus Logico-Philosophicus* to a notion of meaning in the *Philosophical Investigations*. For us, this move is grounded on the ontological shift that occurs between the two phases. In the *Tractatus* Wittgenstein develops an extensional ontology, whereas in the *Investigations* he makes use of an intensional ontology. We believe that this change occurs because Wittgenstein carries out an

internalization of the ontology in the language, which did not occur in the first phase. This internalization of ontology is what we will call the horizontalization of meaning. In contrast to this horizontalization of meaning there is in the *Tractatus* a verticalization of sense as a residue of Fregean referentialism. As we will see, this change is the result of the implementation of the notion of meaning as use (*Gebraucht*).

Keywords: Meaning. Ontology. Language-games. Meaning as use.

Introdução

A filosofia contemporânea é notadamente marcada pelos diferentes *turns* da linguagem (*linguistic, semantic, hermeneutic*). Em grande medida, investigações a respeito da linguagem continuam presentes nas diversas vertentes do pensamento filosófico atual. De fato, até mesmo a tradicional distinção entre filósofos continentais e filósofos analíticos (Cf. FRIEDMAN, Cap. 9, 2000) tem sido justificada a partir do modo como um mesmo tema tem sido abordado por diferentes pensadores. Contudo, é prudente ser cuidadoso com esse tipo de distinção. Considerando que um mesmo filósofo pode apresentar nuances de pensamento que tornam difícil incluí-lo apenas em uma ou em outra categoria. Wittgenstein é um caso emblemático quando se considera esta distinção. Por um lado, sua filosofia é vista como um modelo de exposição da filosofia analítica, em especial por conta do *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP). Por outro lado, em *Investigações Filosóficas*, percebemos que muito do estilo e das propostas apresentados se distanciam da percepção tradicional que temos da filosofia analítica, incluindo um distanciamento claro das principais teses do TLP.

A inclusão de Wittgenstein dentre os filósofos analíticos se faz devido a dois pontos principais: i) a sua influência sobre o positivismo lógico, movimento do qual ele nunca fez parte; e ii) a adoção no TLP das teses do referencialismo e do atomismo lógico, de Frege e Russell, respectivamente. Esse último ponto fica evidente quando Wittgenstein defende, no *Tractatus*, que a lógica (clássica), baseada nas estratégias teóricas dos autores mencionados, desempenha um papel central na investigação da linguagem. Não obstante uma postura clara sobre diversos temas como a lógica, a linguagem e a ontologia (referencialista)¹, Wittgenstein ainda mantém uma abertura para especulações acerca da tese de que o que não pode ser dito, pode ser mostrado (Cf. TLP, 4.1212.). As *Investigações Filosóficas* (IF) retomam essa discussão a partir da noção de uso (*das Gebraucht*). Ao que parece, aquilo que se mostrava, mas não poderia ser dito, agora adquire significado justamente porque não há uma ontologia extensional (referencialista) que fundamenta a semântica do *Tractatus*. Nas IF o significado surge em função do uso da linguagem e não do mundo. Por isso, a semântica do TLP é uma semântica em sentido formal² com a atribuição de valores-de-verdade, enquanto a semântica das IF se aproxima muito mais das abordagens de cunho continental.

Neste sentido escolhemos o TLP e as IF justamente por suas oposições teóricas. Partindo desses textos canônicos daremos atenção às noções de sentido e significado e como essas são estreitadas ou ampliadas na filosofia de Wittgenstein a partir de uma internalização do conceito de objeto/coisa na linguagem e, conseqüentemente, do abandono do referencialismo que le-

¹ Não entramos aqui na disputa entre concepções realistas ou antirrealistas das teses ontológicas do TLP. (Cf. YOKOYAMA, 2014).

² Dizemos isso por abuso de linguagem, pois a semântica formal só foi iniciada com Tarski (1931).

vará à internalização da ontologia na linguagem. Algo que esperamos esclarecer ao defender a tese de que há uma substituição da ontologia extensional do *Tractatus* para uma ontologia intensional nas *Investigações Filosóficas*.

Deste modo, esta nossa leitura incidirá sobre a passagem da noção de sentido para a noção de significado que revela também uma mudança de uma versão unívoca de sentido na primeira fase para uma versão plural de significado na segunda fase. Isto se torna possível com a transição da pura *sintaxe* lógica no TLP para a *gramática* nas IF.

Tractatus: Linguagem e mundo

Wittgenstein estabelece no *Tractatus* um paralelo entre o Mundo (*Welt*) e a *Linguagem* (*Sprache*). Por exemplo, ele afirma que “A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade” (2.06) e que “[a] realidade total é o mundo”. Haja vista que o mundo é a totalidade dos fatos (1.1) e que “[f]iguramos os fatos”, então, parece razoável que “[a] figuração é um modelo da realidade”. Nesses aforismos podemos perceber que Wittgenstein está relacionando diretamente a linguagem com o mundo (totalidade dos fatos). Nos três primeiros conjuntos de aforismos do TLP Wittgenstein expõe a sua teoria da figuração por meio da qual ele pretende mostrar que a estrutura da linguagem espelha a estrutura do mundo. Mais adiante, veremos com mais detalhes como esses elementos nos levam ao que chamamos de *ontologia extensional*.

De acordo com essa abordagem uma proposição com sentido, i.e. passível de ser ou verdadeira ou falsa, pode ser decomposta em proposições elementares que, por sua vez, podem ser decompostas em nomes. Uma proposição é composta por outras proposições elementares. A análise das proposições elementares se dá no nível proposicional da linguagem, enquanto a análise dos nomes se faz no nível sub-proposicional da linguagem. A atribuição de sentido se dá apenas no nível proposicional. Por sua vez, um estado de coisas (*Sachverhalten*) pode estar concatenado com outros estados de coisas. Assim, uma proposição é composta pela conjunção de nomes simples ou apenas nomes. Da mesma forma, um estado de coisas é composto por objetos ou coisas³.

Nesse sentido, a estrutura da linguagem espelharia a estrutura do mundo. Para Wittgenstein, o mundo é formado por todos aqueles estados de coisas que são o caso, ou seja, que ocorrem e são chamados de fatos positivos (2.06). Assim, da mesma forma que as unidades básicas da linguagem são as proposições, as unidades básicas do mundo são os fatos. Toda proposição com sentido deve poder figurar estados de coisas possíveis no mundo. “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja.” (TLP 4.01). Assim, na segunda tese do livro, Wittgenstein começa explicando o que é um fato: “O que é o caso, o fato, é a existência de estado de coisas.” (TLP 2). Um estado de coisas é uma combinação possível de objetos/coisas no mundo.⁴ Da mesma forma, espelhando os estados de coisas, as proposições são compostas por nomes.

³ Wittgenstein fala apenas em objetos (*Gegenstände*) ou, o mesmo, coisas (*Sachen, Dingen*). (Cf. TLP, 2.01).

⁴ Wittgenstein não define o que ele entende por um objeto simples ou a qual nível de análise devemos chegar para ter os objetos simples. Em uma carta resposta à Russell, Wittgenstein escreveu que essa é uma tarefa para os cientistas determinarem. A preocupação de Wittgenstein é apenas com a estrutura lógica do mundo, com a sintaxe. Dada essa forma lógica (*logische Form*), não importa se consideramos os objetos simples como coordenadas no espaço tridimensional (interpretação fisicalista) ou pontos na nossa percepção visual (interpretação fenomenalista). De qualquer maneira, como veremos, o próprio Wittgenstein apresentará uma caracterização extensional da noção de objeto.

O *aperçu* apresentado acima trata basicamente dos elementos da teoria da figuração (*Bild*) ou teoria pictórica da linguagem⁵ que Wittgenstein apresenta no *Tractatus*, principalmente nos aforismos 2.1 e 2.2. A figuração é a descrição proposicional de um estado de coisas possível no mundo, ou seja, a figuração dispõe os constituintes de toda e qualquer proposição em uma determinada forma. A ligação entre a figuração da proposição e a afiguração (*Abbildung*) do estado de coisas pela proposição só é possível por meio do que Wittgenstein chamou de “forma lógica” (*logische Form*). Se uma proposição afigura algum estado de coisas na realidade, então dizemos que essas duas dimensões compartilham uma mesma estrutura: a forma lógica. Importante ressaltar que a figuração representa o sentido de toda e qualquer proposição de um estado de coisas possível. Isso evita equiparar o sentido de uma proposição com o que ocorre, mas apenas com a sua possibilidade da efetivação de seu estado de coisas. Perceba que o sentido não é confundido com os estados de coisas, mas torna os valores-de-verdade funções desses estados de coisas (Cf. SUMMERFIELD, 1996, p. 119). Com isso, retornamos ao referencialismo, pois apenas as proposições que fazem referência ao mundo possuem sentido. Como resultado, a teoria da figuração acaba por se basear em uma concepção extensional da lógica.

Ontologia extensional e intensional

Inicialmente, é necessário explicitar o sentido das expressões “ontologia extensional” e “ontologia intensional”. Pelo rótulo *ontologia extensional* entendemos qualquer ontologia que pressuponha um referencialismo a entidades extralinguísticas que, direta ou indiretamente, dão sentido às expressões de uma linguagem. Dessa forma, tanto o referencialismo fregeano quanto a teoria platônica das ideias⁶ são exemplos de uma concepção ontológica extensional. Por *ontologia intensional* tomamos qualquer concepção filosófica que defina a atribuição de significado das expressões de uma linguagem a partir da própria linguagem e não de um certo domínio de objetos. Wittgenstein, ao que esperamos demonstrar, passa pelos dois momentos.

Além disso, uma segunda distinção deve ser considerada. Trata-se da distinção entre a metafísica e a ontologia, usualmente tomados como sinônimos na tradição analítica. Contudo, podemos concebê-los sob diferentes aspectos dentro do TLP. Por um lado, Wittgenstein entende tanto a abordagem clássica da metafísica criticada por Kant, quanto uma versão estendida que inclui a ética e a estética. Para Wittgenstein todas as afirmações acerca da ética, da estética e da religião carecem de referência pois não dizem a respeito de estados de coisas possíveis. Sendo elas, portanto, consideradas proposições sem sentido (*sinnlos*). Por outro lado, há no TLP uma ontologia positiva que obedece a duas funções:

- a) Descreve o mundo como “fundo” de atribuição de sentido. Nele estão todos os estados de coisas que são o caso;
- b) Ao descrever o mundo (TLP 1), Wittgenstein fixa um aspecto positivo e um negativo:
 - i) Positivo: descreve como objetos/coisas e estados de coisas se relacionam no mundo, diz o que o mundo é (pode ser);
 - ii) Negativo: descreve os estados de coisas que não podem ser o caso em termos de existência (TLP 2), diz o que o mundo não é (não pode ser)⁷.

⁵ Certamente, seria contraditório afirmar que Wittgenstein propôs qualquer teoria filosófica, afinal, isso iria contra o que o próprio autor estaria propondo ao final do TLP (6.54).

⁶ Como veremos à frente, o essencialismo platônico não pode ser incluído em nossa definição de ontologia intensional.

⁷ Ao propor que não são os fatos que atribuem sentido às proposições, mas apenas a sua mera possibilidade, Wittgenstein escapa

Por **b)** obtemos um resultado interessante: a negação da metafísica no TLP é o resultado de uma análise ontológica. Assim, o que está em cena no TLP é a pressuposição de uma ontologia extensional. Essa pressuposição pode ser compreendida de dois modos: i) a partir de um referencialismo de proposições *à la* Frege⁸; e ii) a partir de um essencialismo quanto à forma lógica da proposição.

No primeiro modo, há uma necessidade de que tudo aquilo que é dito na linguagem deve ter um estado de coisas possível correspondente na realidade. Caso contrário, tal proposição será tomada como sem sentido (*sinloss*). No segundo modo, Wittgenstein pressupõe uma forma geral da proposição, um elemento que não pode ser dito, mas apenas mostrado na ligação da linguagem com a realidade (TLP 4.121). Este aspecto formal não é extraído dos objetos e nem da linguagem. Ele surge justamente como possibilidade de uma linguagem significativa.

No TLP, por um lado a noção de sentido está fortemente ligada com a relação de correspondência entre a proposição e a realidade e, por outro lado com a relação entre atribuição de valores de verdade das proposições e o mundo. Se a proposição demarca o espaço lógico (a realidade total), essa proposição possui sentido. Caso contrário, temos uma pseudo proposição. Em especial, a noção de verdade está fortemente ligada com a noção de mundo. Uma proposição demarca a parte verdadeira do espaço lógico se, e somente se, ela descreve estados de coisas atuais (fatos positivos). Assim, também é possível perceber que apesar de semelhantes sob alguns aspectos as noções de realidade e mundo são distintas.⁹

Para completar esse esboço é preciso entender também o aspecto composicional da linguagem e como ele, pressupostamente, se relaciona isomorficamente com a ontologia do TLP. Para tanto propomos uma leitura não convencional e acreditamos que o preço vale à pena ser pago. Aceitamos o ponto de vista no qual Wittgenstein concebe o espaço lógico das funções de verdade como sendo dividido em verdadeiro e falso (tese da bipolaridade da proposição) e o chamamos de realidade. Dessa forma, o espaço lógico compreende a realidade total e é mais ampla que o mundo. A realidade não possui o mesmo status ontológico que o mundo, porém ela o engloba, uma vez que nela estão dados todos os valores-de-verdade possíveis. Enquanto no mundo estão dados todos os valores-de-verdade relativos aos fatos positivos. Assim, poderíamos dizer que uma função (injetora) dos fatos positivos da realidade nela própria ($\mathbf{R} \rightarrow \mathbf{R}$) mapeia todos os fatos possíveis e obtém como conjunto imagem o mundo, enquanto subconjunto próprio da realidade ($\mathbf{M} \subset \mathbf{R}$). Esta distinção é endossada pela equalização, para Wittgenstein, entre mundo e realidade empírica. “A realidade empírica (*empirischen Realität*) é limitada pela totalidade dos objetos” (TLP, 5.5561).

Wittgenstein não desconsidera o caráter positivo do mundo como contraparte que valida ou não nossas asserções. Se propuséssemos uma visão negativa acerca dessa concepção como a situação ficaria? É justamente esta a questão: a metafísica, a matemática e a lógica não podem cumprir esses papéis. Nenhuma entidade, matemática ou divina, pode ser concebida na reali-

da problemática acerca das proposições falsas, as quais não têm um estado de coisas como contraparte, porém continuam a possuir sentido. As proposições falsas possuem sentido somente na medida em que são possíveis e não efetivamente afiguradas em estados de coisas existentes (TLP 2.201).

⁸ Entretanto, o referencialismo tratatiano é mais complexo e não aceita todas as instâncias do referencialismo de Frege. No caso de Frege ainda podemos ver um referencialismo de entidades (coisas/objetos), que pode ser entendido como o nível mais básico do seu esquema referencialista. Para Wittgenstein, o sentido de nomes de objetos simples só pode ser dado em estados de coisas (possíveis) no mundo e jamais separado destes. (Cf. FREGE, 1978, p. 62).

⁹ Frege já havia proposto a distinção entre sentido e valor-de-verdade. No caso de Wittgenstein, o sentido só é atribuível quando há a possibilidade das proposições que afiguram estados de coisas possíveis obterem um dos valores-de-verdade, verdadeiro ou falso. Em outros termos, uma proposição só possui sentido em caráter modal (Cf. BRADLEY, 1992, p. 34).

dade empírica. Elas não ocupam qualquer lugar no espaço ou momento temporal, elas não têm cor, elas são invisíveis. Enfim, o mundo do TLP é um mundo rígido, resistente a metáforas.

Deste modo, podemos atestar que a concepção ontológica de mundo tractariana é referencialista e contextual, i.e., uma asserção só pode ser dita com sentido se pode afigurar um estado de coisas possível no mundo. A verdade de uma afirmação sobre o mundo depende de um fazedor-de-verdade (*truth-maker* - Cf. MULLIGAN; SIMONS; SMITH, 2007, p. 7), o estado de coisas em cada caso. Deste modo, serão portadores-de-verdade (*truth-bearers*) apenas aquelas proposições que podem se referir a estados de coisas possíveis no mundo e que serão verdadeiras apenas se o estado de coisas for o caso (ocorrer). Se este estado de coisas for o caso, então o fato positivo que é o status ontológico positivo do estado de coisas desempenha o papel de um *truth-maker*.

Verticalidade do sentido

Vimos que a definição de objeto/coisa no TLP é uma definição relativa a um elemento extralinguístico delimitado no mundo segundo critérios espaçotemporais. Com isso percebemos o papel central da ostensividade nessa obra. Nesse sentido, vemos que Wittgenstein endossa uma interpretação vertical (referencial) da linguagem, pois se não houvesse um enxerto da linguagem e ela pudesse fundar-se a si mesma na obtenção de sentido, então tanto as proposições *Unsinn* quanto as *sinnlos* poderiam ser, em algum nível, providas de sentido. Porém, o que retira o seu sentido é a falta de ostensividade: para Wittgenstein elas *apontam* para o nada.

Esse posicionamento se torna mais incisivo quando Wittgenstein afirma que “[e]spaço, tempo e cor (ser colorido) são formas dos objetos.” (TLP 2.0251) e define um objeto por formas específicas¹⁰ e não pode se desvencilhar de uma caracterização empírica. Apesar de interpretações conflitantes, torna-se difícil interpretar o posicionamento de Wittgenstein como sendo correspondentista em algum sentido. De fato, ao considerar a teoria da figuração parece razoável conceber o pensamento do TLP como correspondentista em termos de congruência (Cf. KIRKHAM, 2001, Cap. 4), isto é, o sentido não se torna uma função das coisas, mas da maneira como essas coisas possam estar organizadas e sua relação com a forma lógica das proposições a elas vinculadas.

Com isto vemos que é necessário a um estado de coisas tratar de objetos/coisas! Entretanto, para evitar o *mal metafísico* Wittgenstein tem de “preencher” estes objetos, tornando-os algo palpável. Desta maneira esperamos ter demonstrado que a concepção de sentido no primeiro Wittgenstein está associada a um referencialismo latente. O sentido é produto de uma relação vertical, de *cima para baixo*, pois “o nome significa o objeto. O objeto é o seu significado.” (TLP, 3.203)

Investigações: Horizontalidade do significado

Em certa medida, a mudança que Wittgenstein opera em seu pensamento, a partir das IF, é reflexo da tomada de consciência das limitações impostas pelo TLP. Como vimos na seção

¹⁰ Não trataremos deste ponto aqui, contudo, não é desconhecida a influência de Schopenhauer sobre a filosofia de Wittgenstein. Assim, se lembrarmos que o próprio Schopenhauer reduz as categorias e intuições puras de Kant a três categorias (espaço, tempo e causalidade), não conviria perguntar se há algum paralelismo entre Schopenhauer e Wittgenstein aqui também.

anterior, na primeira fase toda proposição com sentido deve estar ligada à possibilidade de ser afigurada no mundo por um estado de coisas possível. Na segunda fase, esse posicionamento se mostrará limitado, representando apenas um modelo rígido de como a linguagem poderia funcionar. Tal posição será criticada nas IF e o modelo referencialista da linguagem será compreendido como apenas mais um jogo dentre os muitos jogos de linguagem.

Assim, nas IF encontramos uma abordagem da linguagem que leva a uma concepção plural da linguagem e do significado, diferente do essencialismo da forma lógica encontrada no TLP. Wittgenstein percebe que o TLP estava restrito a um tipo de jogo de linguagem: o jogo ostensivo. Por isso, nas IF não há hierarquia entre os jogos de linguagem não ostensivos (estéticos, religiosos, éticos, formais, etc.) e os jogos pretensamente ostensivos. Não há um jogo de linguagem que seja privilegiado em relação a outros jogos.

Com efeito, a crítica é feita por duas vias: com base nos argumentos contrários ao ideal de exatidão, *abandona-se a exigência de uma linguagem ideal*, desaparecendo, assim, o motivo basilar para dar apoio àquele conceito metafísico. Ao lado disso, encontram-se observações que podemos interpretar como *crítica direta às teses ontológicas* (STEGMÜLLER, 1977, p. 432).

Assim, pretendemos demonstrar um movimento claramente executado nas IF: a derrocada do referencialismo ilimitado acarretando a uma horizontalização do significado e uma internalização da ontologia na linguagem. A revisão da concepção ontológica do *Tractatus* por Wittgenstein institui um campo mais amplo de considerações. Em especial, não se recorre à concepção essencialista da linguagem criticada no parágrafo 1 das IF como um referencial para estabelecer uma ontologia lógico-veritativa, pois a ontologia nas IF é polissortida e descentralizada.

Uma leitura a ser evitada

Para auxiliar na compreensão de nossa argumentação alguns pontos devem ser ressaltados. Inicialmente é importante salientar que a definição ostensiva (Cf. IF, § 9) como base da significação de uma linguagem primitiva (Cf. IF, §§ 1 e 2) nas IF é objeto de crítica por Wittgenstein em dois pontos: a) O uso ostensivo da linguagem é primitivo e delimitado. Nós *aprendemos* (somos treinados) por ostensividade, mas não nos comunicamos por ostensividade; b) Jamais fazemos uso da linguagem de maneira ostensiva, apenas pressupomos este uso. Enquanto o primeiro ponto pode ser mais facilmente aceito, o segundo pode receber uma interpretação diversa. Pois, mesmo quando falamos de objetos que estão à nossa frente, apontando e dizendo *isto*, nós não estamos fora de um jogo de linguagem. Mesmo um objeto banal como uma pedra que esteja a nossa frente tem o seu sentido determinado em um jogo de linguagem já dado.

Ao falar, pode-se referir à um objeto, apontando para ele. Apontar é aqui uma peça no jogo de linguagem. E para nós é agora como se alguém falasse de uma sensação pelo fato de, ao falar, dirigir sua atenção para ela. Mas, onde está a analogia? A analogia reside, evidentemente, no fato de que se possa apontar para algo com o olhar e o ouvir. Mas mesmo o ato de apontar para o objeto de que se fala pode ser, talvez, completamente inessencial para o jogo de linguagem, para o pensamento (IF, § 669).

Por isso, devemos dizer que apesar da linguagem primitiva ser a base genética da linguagem natural, ela não apresenta qualquer primazia sobre os jogos de linguagem que não pressuponham ostensão. Por exemplo, o emprego do termo “pedra” na expressão “Pedro me atingiu com uma pedra porque ele mesmo tem um coração de pedra” não concede qualquer primazia de sentido à pedra lançada simplesmente porque posso ter uma relação de ostensão com ela ou levar tal pedra como prova em um tribunal. Nesse último caso, por exemplo, a pedra

(objeto físico) pode ser vista como uma prova em um tribunal, porém a sentença “Pedro tem um coração de pedra” pode ser utilizada como elemento retórico no processo de acusação, identificando alguma postura de má-fé da parte de Pedro. A palavra “pedra” referindo a pedra arremessada não tem *mais* sentido, mas apenas um sentido diferente do que a função retórica do mesmo termo na expressão “coração de pedra”. Perceba que esse posicionamento se difere bastante do posicionamento de Wittgenstein no TLP em que a expressão “coração de pedra” não poderia ser considerada uma expressão com sentido.

Um contra-argumento: a *Lebensform*

Nesse ponto alguém poderia objetar que ainda resta uma fundamentação ontológica extensional do significado que seria a forma de vida (*Lebensform*). Aquele que levanta esta objeção provavelmente o faz pensando, de modo correto, que estabelecer o significado segundo um dado uso em um jogo de linguagem só é possível se isto for anterior (no sentido *a priori* impuro - Cf. CRP, B3) ao significado, existindo uma forma de vida que determina o jogo de linguagem, algo ainda pré linguístico. Entretanto, ao que nos parece, é a forma de vida que é determinada pela gramática, isto é, por exemplo, o carpinteiro não *age* simplesmente como carpinteiro em um jogo de linguagem, mas ele torna-se carpinteiro em um jogo de linguagem. *Ser carpinteiro* tem seu sentido doado pela gramática em um jogo de linguagem, ou seja, não é o fato de ser carpinteiro que doa significado ao jogo de carpintaria. De certo modo, a forma de vida é definidora do jogo de linguagem, mas não do significado. Obviamente, o carpinteiro faz algo de real, ele faz o que é próprio de sua atividade, porém, a atividade só se põe em movimento com o jogo de linguagem.

Afinal, por exemplo, a existência de seres humanos não determina que haja humanidade¹¹, assim como para os animais não há fauna, apenas para nós que temos linguagem. Ser um ser humano envolve a ideia de humanidade, a qual é definida a partir de outros conceitos tais como convívio, respeito, comunicação, etc. Todos esses aspectos só existem em jogos de linguagem.

A horizontalização do significado e a internalização do objeto

A partir do que expomos acima podemos agora esclarecer a noção de horizontalização do sentido e de internalização do objeto. Sabemos que o conceito de sentido no TLP dependia de dois aspectos: um referencialismo de estados de coisas (contextos) e a forma lógica da proposição. Segundo o TLP, esses dois aspectos circunscrevem qualquer proposição com sentido. Porém, nas IF, essa noção é alterada em proveito de uma concepção mais ampla e plural da linguagem. O modelo ostensivo de linguagem, único no TLP, passa a ser apenas mais um dentre incontáveis jogos de linguagem.

Partindo deste ponto de vista podemos falar de uma ontologia intensional, que se distancia do referencialismo e do formalismo anteriores. Nessa ontologia encontramos uma noção de sentido deslocada da necessidade de uma linguagem verticalizada, de cima para baixo. Nas IF, ao realizar qualquer ato de comunicação usamos a linguagem de maneira horizontalizada, ou seja, não falo ou me refiro a objetos ou estados de coisas no mundo. Aquilo sobre o que falamos está inserido em um jogo de linguagem determinado por regras, formas de vida e uso,

¹¹ Para uma análise crítica do antropologismo presente na filosofia do segundo Wittgenstein convém conferir a análise de Hebeche (2016, p. 324-325).

no qual todo significado é doado pela gramática. A determinação ontológica de um objeto é determinada dentro do jogo de linguagem:

“Que espécie de objeto alguma coisa é, é dito pela gramática.” (IF, §373).

Estamos sempre no âmbito da linguagem e não podemos nos deslocar para fora dela. Por esse motivo não temos necessidade de nos referir ao mundo/realidade para que os nossos atos de proferimento tenham sentido: ele é dado pelo uso em cada jogo de linguagem. Aquilo que chamamos de objeto passa a existir em função da linguagem. O objeto é internalizado pela linguagem, ou seja, só pode ser determinado dentro do jogo de linguagem. O objeto não é uma descrição de algo extralinguístico. Ao contrário, o objeto é totalmente linguístico, ele se origina no uso da linguagem. As funções de verdade são posteriores às funções de significado. Por isso, dizemos que o objeto que configurava os estados de coisas no TLP passa a ser internalizado, não como uma passagem de fora para dentro, mas como algo definido na linguagem. Uma expressão e os possíveis objetos por ela pressupostos só adquirem sentido sabendo-se o jogo de linguagem no qual estão inseridos. “Ora, trata-se de outros matizes da linguagem, mas apenas isso, pois a gramática é horizontal, ou seja, não há hierarquias na gramática. A gramática é a democracia radical (...)” (HEBECHE, 2016, p. 48).

Assim, por exemplo, o sentido do termo “parafuso” na sentença P: “O parafuso está assimétrico.” pode variar dos seguintes modos:

- P1. “O engenheiro precisa melhorar o seu projeto”;
- P2. “O torneiro mecânico precisa melhorar o seu trabalho”;
- P3. “A ginasta precisa melhorar o seu salto”.

À primeira vista, na afirmação inicial P a interpretação da palavra “parafuso” obedece ao critério de ostensividade. Porém, sem antes verificar o jogo de linguagem não podemos afirmar que a palavra refere ao elemento de fixação empregado na união não permanente de peças. Não há primazia da ostensividade sobre qualquer outro jogo de linguagem que não preveja esta ostensividade. De certo modo, até o jogo ostensivo já não pressupõe mais ostensividade alguma. O engenheiro e o torneiro mecânico podem falar do parafuso projetado sem ter ainda qualquer parafuso concreto. Da mesma forma que podemos falar da pedra na qual tropeçamos ontem sem ter qualquer pedra no presente. Em uma possível objeção, poderia ser dito que o engenheiro e o torneiro mecânico compartilham uma *mesma* forma de vida e isto daria preferência ao parafuso enquanto objeto de fixação mecânica na definição do sentido de “parafuso”. Contudo, como já vimos, a forma de vida não é intrínseca ao jogo de linguagem. Tanto o engenheiro quanto o torneiro podem ser admiradores da ginástica de solo e podem simplesmente estar comentando sobre a competição que assistiram no dia anterior, ou seja, a forma de vida pode ser a de espectadores de ginástica artística. A possibilidade de assumir diferentes formas de vida é justamente o que viabiliza a semelhança de família entre um mesmo termo em diferentes jogos de linguagem. Por exemplo, a palavra “flor” pode ser usada em diferentes sentidos e a identificação de cada sentido depende da possibilidade de se assumir a forma de vida relativa ao jogo de linguagem. No caso de “flor” a compreensão de qual objeto se trata é relativa à forma de vida, pois “flor” terá um sentido distinto para o poeta, para o jardineiro e para o botânico, porém nenhum deles estará se referindo a um objeto comum, a possibilidade de compreensão dos diferentes usos é relativa à possibilidade de se assumir uma dessas diferentes formas de vida.

O ponto é que não há linguagem universal. Nossas falas cotidianas, mais banais ou técnicas, são relativas a domínios específicos. Tais domínios estão presentes na prática social residente nas diferentes comunidades de sentidos. Nas IF, diferente do primeiro Wittgenstein, será impossível defender um ponto de vista essencialista da linguagem pois a linguagem torna-se mero instrumento. Não há uma primazia da linguagem, ela não nos fornece as "(...) condições necessárias de possibilidade de uma representação linguística." (RORTY, 1994, p. 24). Esta visão é a mesma que ecoa nas filosofias de Sellars e Quine. Enquanto o primeiro nega o *mito do dado*, ou seja, o referencialismo da consciência deslocando-o para o espaço de justificação relativo ao âmbito de discurso; o segundo, apesar do fisicalismo, compreende que o compromisso ontológico se dá em função dos discursos e não em função de algo como a Realidade.

Em suma: não há no segundo Wittgenstein uma ontologia extensional (referencialista ou essencialista), há apenas uma ontologia intensional relativa ao uso. A posição prévia do TLP é abandonada (Cf. IF, § 115.) e substituída por uma ontologia que interpreta seus objetos em função do domínio de fala/discurso (jogo de linguagem) em cada caso.

Conclusões

Para concluir, esperamos que tenha ficado mais claro a passagem da noção de sentido (*Sinn*) do TLP para a noção de significado (*Bedeutung*), desvinculada da noção de proposição tractariana. Consequentemente, a mudança de uma visão vertical de sentido para uma visão horizontal de significado que internaliza o objeto na linguagem, acarreta também, para Wittgenstein, uma mudança da ontologia extensional para uma ontologia intensional. Nesse último caso, o objeto é sempre o resultado de um jogo de linguagem e o seu sentido é resultado da utilização das regras de uso em uma dada comunidade de sentido. Além disso, notamos que:

- 1) No segundo Wittgenstein temos uma inversão da função da ontologia. A linguagem não depende mais do mundo e de seus estados de coisas, ao contrário, são os objetos e situações que têm seus sentidos definidos pela gramática;
- 2) Ainda neste sentido, torna-se importante verificar que não há mais uma relação de descrição e nem mesmo uma relação de espelhamento do mundo por meio da linguagem. Ao contrário, é no próprio uso da linguagem que se constituem os objetos;
- 3) Duas perspectivas ontológicas estão em jogo dentro da filosofia de Wittgenstein¹², as quais denominamos *ontologia extensional* (TLP) e *ontologia intensional* (IF). Por isso, para o segundo Wittgenstein não há hierarquias ontológicas, pois não há hierarquias entre jogos de linguagem.

Por fim, outros pontos ainda poderiam ser listados, porém não queremos extrapolar os limites estabelecidos pelo próprio texto de Wittgenstein. Deste modo, procuramos contribuir para o esclarecimento da problemática ontológica na passagem entre os dois principais momentos da filosofia de Wittgenstein.

¹² Certamente é debatível aqui se devemos ou não considerar a filosofia de Wittgenstein de acordo com diferentes fases de desenvolvimento. Milkov, por exemplo, sugere que se examinarmos critérios como método, estilo e a relação entre lógica e ontologia, poderemos traçar um mínimo de quatro fases distintas no pensamento wittgensteiniano, as quais seriam o reflexo da radicalização da análise wittgensteiniana da linguagem. (Cf. MILKOV, 2012, p. 65).

Referências

- BRADLEY, Raymond. *The nature of all being*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1992.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução, introdução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp; Editora Cultrix, 1978.
- FRIEDMAN, Michael. *A Parting of Ways: Carnap Cassirer and Heidegger*. Chicago: Open Court, 2000.
- HEBECHE, Luiz A. *A filosofia sub specie Grammaticae: Curso sobre Wittgenstein*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de A. F. Morujão. 4ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- KIRKHAM, Richard L. *Theories of truth: A critical introduction*. Cambridge; Massachusetts: MIT Press, 1992.
- MILKOV, Nikolay. "Wittgenstein's method: The third phase of its development (1933-36)". In: MARQUES, A.; VENTURINHA, N. (Eds.). *Knowledge, Language and Mind: Wittgenstein's thought in progress*. Berlin: De Gruyter, 2012. (Series On Wittgenstein).
- MULLIGAN, Kevin; SIMONS, Peter; SMITH, Barry. "Truth-Makers". In: MONNOYER, J. M. *Metaphysics and Truthmakers*. Frankfurt; Paris; Ebikon; Lancaster; New Brunswick: Ontos Verlag, 2007.
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. 3ª ed. Tradução de Antonio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- STEGMÜLLER, Wolfgang. *A Filosofia contemporânea: Introdução crítica*. Tradução de L. A. Marcuschi e L. Hegenberg. São Paulo: EPU, 1977.
- SUMMERFIELD, Donna. "Fitting versus tracking: Wittgenstein on representation". In: HANS, S.; DAVID, G. S. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os pensadores).
- WITTGENSTEIN, L. *Notebooks: 1914-1916*. 2ª ed. Edited by G. H. von Wright; G. E. M. Anscombe. Index preparado por E. D. Klemke. Oxford: Blackwell Publishers, 1998. (The Collected Works of Ludwig Wittgenstein).
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Edição bilíngue. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- YOKOYAMA, Fernando. S. *A noção de 'realidade' no Tractatus de Wittgenstein*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Campinas, Unicamp, 2014.

Sobre os autores

Lauro de Matos Nunes Filho

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina na área de Ontologia e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina na área de Epistemologia e Lógica. Atualmente realiza estágio pós-doutoral em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem como principais ramos de atuação as áreas de Origens da Filosofia Contemporânea, História da Filosofia Contemporânea, Ontologia, Filosofia da Física e Ensino de Filosofia.

Renato Mendes Rocha

Professor e Chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Filosofia (2017) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio doutorado-sanduiche na Australian National University (ANU). Suas áreas de especialização são Filosofia, com ênfase em Filosofia Analítica, Lógica e Metafísica. Membro do GT Metafísica Analítica da ANPOF.

Recebido em: 01.01.2022.
Aprovado em: 07.03.2022.

Received: 01.01.2022.
Approved: 07.03.2022.